

Significado, preservação, conservação e gestão da Paisagem **A Praça Oito de Setembro – Vitória - ES**

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Luciana Nemer 1
Universidade Federal Fluminense
E-mail: luciananemerdiniz@gmail.com

Felipe Gustavo Silva 2
Universidade Federal Fluminense
E-mail: felipegustavosilva@outlook.com

RESUMO

No campo da preservação do patrimônio paisagístico, o presente artigo resgata a história da Praça Oito, em Vitória – ES. Para além dos registros da história e descrição do monumento, a análise reverencia a dimensão do local, um verdadeiro ícone histórico no coração da cidade. A fundação da praça remonta ao início do século XX, quando foi inaugurada em outubro de 1909, inicialmente conhecida como Praça Santos Dumont. No entanto, seu nome atual presta homenagem à data de fundação da cidade, 8 de setembro de 1551. Em função de sua dimensão histórica, de seu significado para a população e questões ligadas à preservação e conservação do bem, o presente estudo se justifica. A metodologia foi fundamentalmente a dos trabalhos históricos e, para tanto, necessitou de documentação primária a ser fornecida pelos órgãos de Vitória. Esses documentos são de caráter cartográfico (mapas históricos), iconográfico (plantas e fotografias) e impresso (relatórios governamentais e jornais de época). Quanto aos procedimentos técnicos, foram feitas consultas em fontes secundárias, material já publicado (livros, artigos e periódicos) e visitas a campo. De forma conclusiva, a pesquisa ressalta a importância da Praça Oito de Setembro para a capital capixaba como espaço de contemplação e integração na paisagem urbana.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio; conservação; paisagem histórica.

ABSTRACT

In the field of landscape heritage preservation, this article recovers the history of Praça 8 in Vitória, ES. Beyond historical records and the description of the monument, the analysis highlights the significance of the place, a true historical icon in the heart of the city. The site's origins date back to the early 20th century, when it was inaugurated in October 1909 and was initially known as Santos Dumont Square. However, its current name pays homage to the city's founding date, September 8, 1551. Due to its historical significance, its meaning for the population, and issues related to the preservation and conservation of the site, this study is justified. The methodology followed the principles of historical research and therefore required primary documentation provided by institutions in Vitória. These documents include cartographic materials such as historical maps, iconographic sources such as plans and photographs, and printed materials such as government reports and period newspapers. Regarding technical procedures, consultations were also carried out using secondary sources, previously published material such as books, articles, and periodicals, as well as field visits. In conclusion, the research emphasizes the importance of Praça Oito de Setembro for the capital of Espírito Santo as a space for contemplation and integration within the urban landscape.

KEYWORDS: heritage; conservation; historical landscape.

1 INTRODUÇÃO

Localizada no antigo Cais da Alfândega, a Praça Oito, assim conhecida pela população local, carrega significado histórico e cultural. Conforme Vitória (2024), foi nesta região que os neerlandeses tentaram invadir a Villa da Victoria no passado colonial, sendo posteriormente expulsos pela população liderada por Maria Ortiz. Descrito por Daemon (2010, p. 164), Novaes (1968, p.60), Oliveira (2008, p. 135) e Derenzi (1965, p.64), a tentativa de invasão da vila por cerca de 300 holandeses por meio da rampa, e depois, da Ladeira do Pelourinho (Escadaria Maria Ortiz). Uma mulher de nome Maria Ortiz, que morava em uma casa na quina da mesma ladeira com a Rua da Matriz, estando à janela, esperando a passagem dos holandeses, derrama sobre eles um tacho de água a ferver, queimando-os horivelmente, o que os fez retroceder.

No início do século XX, no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) foi realizado o Plano de Melhoramentos e Embelezamentos de Vitória. Segundo Klug (2009) o projeto de um novo arruamento para a cidade (1910) incrementou a principal rua comercial da cidade – Rua da Alfândega (atual Avenida Jerônimo Monteiro) abrindo uma perspectiva para o crescimento na direção das praias e aterrou ruas comerciais que margeavam a baía, retificando os recortes do terreno que deixavam a cidade sempre terminando no mar.

Figura 1: Planta da cidade de Vitória no período do governo Jerônimo Monteiro, conforme obra de Klug (2009), com indicação da localização da atual Praça Oito de Setembro pelos autores



Fonte: Klug, 2009 adaptado pelos autores.

Neste contexto, é criada a Praça Oito de Setembro para simbolizar a identidade e a história da fundação de Vitória, naquela área urbana, de forma tangível e reconhecível. De acordo com Nemer (2018), a praça, que inicialmente foi chamada de Cais Grande, Cais da Alfândega e Praça Santos Dumont, teve seu nome alterado definitivamente para Oito de Setembro em homenagem à fundação da cidade.

O famoso monumento localizado no centro da praça, com dezesseis metros de altura, é projeto do arquiteto Jayme Figueira e só foi instalado em 1942 (Fosse, 2015), data provável da fotografia. Vitória (2024) complementa que um dos destaques da Praça Oito é seu relógio peculiar, construído pelo alemão João Ricardo Hermann Schorling. Esse relógio, movido por

um programador lógico controlável, emite a cada hora os sete primeiros acordes do Hino do Espírito Santo, característica única que encanta moradores e visitantes.

Figura 2: Praça 8 de Setembro



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória

Ao longo dos anos, a praça se tornou palco de manifestações políticas na cidade, refletindo seu caráter político intrínseco, principalmente pelo fato de estar próxima das instituições deliberativas: o Palácio Anchieta (Governo do Estado do Espírito Santo), localizado na Praça João Clímaco, s/n, Cidade Alta, Centro; a antiga sede da Prefeitura de Vitória, localizada na Rua Sete de Setembro, em frente à Praça Ubaldo Ramahete (demolida); a antiga sede da Assembleia Legislativa, o Palácio Domingos Martins, na Cidade Alta, junto à Praça João Clímaco (demolida); e o Fórum, na Rua Muniz Freire, no Centro (atualmente sem uso). Desses órgãos, somente o Palácio Anchieta permanece no local, enquanto os demais foram transferidos para a Enseada do Suá e para Bento Ferreira, onde se encontra a Prefeitura de Vitória. O deslocamento dessas instituições em direção aos bairros situados a leste do Centro reduziu a massa populacional que ali circulava e, conseqüentemente, diminuiu a ocorrência de manifestações na praça.

Figura 3: Praça 8 de Setembro



Fonte: Vitória, 2025

Para Vitória (2024), além de seu valor histórico, a Praça Oito é também um local de beleza estética, com seu calçamento de pedras portuguesas brancas e pretas que formam belos mosaicos. A arborização do entorno, que remonta a 1900, completa a atmosfera encantadora desse espaço público.

2 SIGNIFICADO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

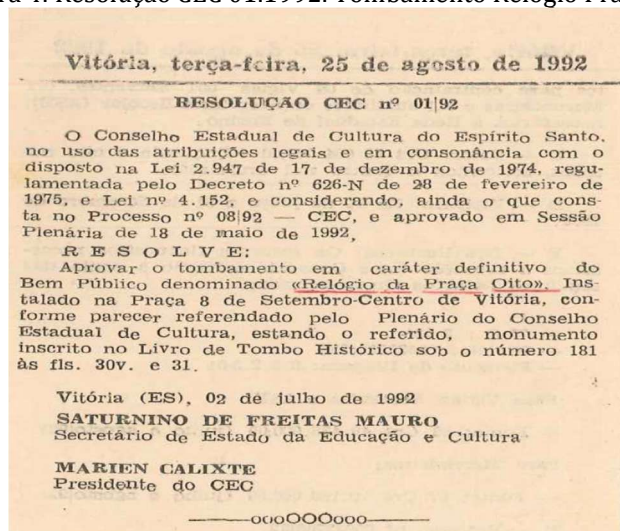
Os atributos de valor da Praça Oito de Setembro podem ser compreendidos a partir de quatro dimensões principais: histórica, simbólica, paisagística e política, cuja permanência ao longo do tempo se dá não pela imutabilidade formal, mas pela capacidade de adaptação e ressignificação do espaço. Ao avaliar o significado da Praça Oito para a população capixaba, há de se considerar a permanência do símbolo apesar do esvaziamento demográfico da área central. Conforme Botelho (2005, p. 58), o crescimento populacional acelerado, aliado à percepção de que a região central apresentava uma saturação funcional e não correspondia à demanda de expansão, fez com que o poder municipal abandonasse o Centro e expandisse a malha urbana.

Ainda segundo Botelho (2005, p. 60), em meados de 2003 já eram perceptíveis os resultados do esforço de revitalização no Centro, como fachadas desobstruídas e recuperadas, equipamentos públicos qualificados e a paisagem renovada junto às escadarias do Palácio Anchieta e à área do porto.

No entanto, ainda na década de 1980, o planejamento urbano e a elaboração do primeiro Plano Diretor do Município (PDU), em 1984, foram propulsores para a melhoria da qualidade de vida na região e para a participação popular, com vistas à valorização do patrimônio histórico e à revitalização da área central. O PDU de 1984 dedica seção específica à área do Centro da cidade.

Antes da virada do século, mais precisamente em 1992, o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo aprovou o tombamento do Relógio da Praça Oito, bem público, em caráter definitivo. Essa resolução corroborou as diretrizes do PDU e garantiu a permanência do bem diante das tantas reformas radicais ocorridas anteriormente no Centro, como a demolição do edifício eclético da Prefeitura de Vitória.

Figura 4: Resolução CEC 01.1992. Tombamento Relógio Praça Oito



Fonte: Secult, sd. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/>.

De fato, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) tem registrado importantes e necessárias iniciativas de tombamento para a preservação da paisagem do Centro de Vitória, como o dos galpões do porto, no corrente ano, que podem ser vistos na figura 2. Esse tombamento garante a preservação dos galpões enquanto patrimônio cultural, reforçando a ambiência com a Praça Oito de Setembro.

A conservação do bem, ao longo de aproximadamente um século, torna-se premissa para manter e proteger o patrimônio histórico e cultural. Esse processo compete ao Estado e não apenas preserva a estética e a funcionalidade do monumento e da praça, mas também contribui para a identidade da comunidade. A imagem a seguir, atual, enfatiza aspectos do calçamento em pedra portuguesa, seus desenhos, o posteamento original, bem como o estado de conservação do relógio.

Figura 5: Praça Oito de Setembro



Fonte: Araújo, 2020. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/dKVJx2fcbe3n5iEW8>.

Apesar das iniciativas pontuais, a história de Vitória demonstra que a memória da cidade vem sendo marcada pela eliminação sistemática de referências materiais, como a antiga sede da prefeitura e a assembleia legislativa (citadas na introdução deste texto), bem como pela incapacidade das gestões públicas de documentar as transformações urbanas. Esse cenário evidencia a urgência de estratégias capazes de preservar informações e significados que se perdem a cada intervenção. A Praça Oito de Setembro exemplifica esse processo ao revelar que sucessivas reformas apagaram elementos da paisagem histórica, criaram novos símbolos e, muitas vezes, não deixaram registros suficientes para reconstituir suas configurações anteriores.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2023), “o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”. Dessa forma, reconhecem-se como Patrimônio Mundial Cultural quatorze sítios nacionais, nenhum deles localizado no Estado do Espírito Santo. Ao patrimônio, contudo, costuma-se atribuir uma escala de valores que, segundo Choay (2001, p. 116), inicia-se pelo valor nacional, fundamental e responsável por legitimar todos os demais; segue-se o valor cognitivo, relacionado à memória histórica, que desempenha o



papel de memória viva ao mobilizar o sentimento de orgulho; o valor econômico, relativo à capacidade de exploração dos monumentos; e, por fim, o valor artístico. No estudo de caso explorado neste trabalho, identificaram-se o segundo e o terceiro valores citados pela autora. Isso se evidencia nos relatos de historiadores sobre a região central, com imagens que fazem referência à natureza simbólica da Praça Oito de Setembro, bem como na capacidade de vivenciar e referenciar o espaço.

A Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN oferece um arcabouço conceitual útil para compreender essa fragilidade. Em vez de apenas proteger objetos isolados, a Política enfatiza a articulação entre bens culturais, práticas sociais e dinâmicas territoriais. Entre seus princípios centrais estão a ideia de que a preservação deve considerar a dignidade e a experiência das pessoas, a compreensão de que o patrimônio não se separa das comunidades que lhe atribuem sentido e o entendimento de que os significados atribuídos aos bens mudam ao longo do tempo (IPHAN, 2018). Ao observar o percurso da Praça Oito, percebe-se como esses princípios foram historicamente negligenciados, tanto na condução das reformas quanto na forma como o espaço foi sendo desvinculado da vida cotidiana da população.

A ausência de participação social na definição das intervenções realizadas na praça também se contrapõe à orientação institucional de ampliar o envolvimento da sociedade nos processos decisórios. A Política do IPHAN destaca que instrumentos de gestão devem ser construídos de forma compartilhada, de modo a fortalecer vínculos afetivos e garantir que o patrimônio se mantenha vivo e reconhecível pelas pessoas que o utilizam. O Princípio da Participação Ativa, estabelecido na Política, determina que “deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material” (IPHAN, 2018, p. 31). A Praça Oito, porém, passou por sucessivas remodelações em seu desenho urbano sem que a dimensão comunitária fosse considerada, o que contribuiu para o enfraquecimento de sua função como espaço de referência para a memória coletiva do Centro de Vitória.

Outro ponto fundamental evocado pela Política é a necessidade de partir de uma leitura do território para orientar ações de preservação. Isso implica compreender processos urbanos mais amplos, como a migração de funções públicas para outras áreas, o declínio populacional do Centro e a mudança na lógica de uso dos espaços urbanos. No caso da Praça Oito, essas transformações alteraram profundamente sua ambiência e seu papel na cidade. A praça, que outrora concentrava atividades políticas e cívicas, viu-se gradualmente esvaziada, o que reforçou a desconexão entre o espaço e seus significados históricos.

3 A PRAÇA OITO DE SETEMBRO E SEU RELÓGIO

A Praça Oito de Setembro, inicialmente, era o local conhecido como Cais Grande, que posteriormente passou a se chamar Cais da Alfândega. Conforme Elton (1986, p. 43), em 1906 denominava-se Praça Santos Dumont, em homenagem ao aviador brasileiro, que estabeleceu, na ocasião, os primeiros recordes da aviação mundial, em Paris. Acrescenta o autor que a nova placa do logradouro foi oferecida por Clímaco Soares, proprietário de A Primavera, casa comercial ali existente. A homenagem vinha sendo pleiteada desde 1901.

Segundo Elton (1986, p. 43), em 8 de setembro de 1911, durante as celebrações do aniversário de fundação da cidade, o governador municipal Cirilo Tovar solicitou a mudança do nome da praça para Oito de Setembro, sendo atendido em 28 do mesmo mês. Em 1914, o prefeito Washington Pessoa mandou revestir as calçadas da praça com pedras portuguesas brancas e pretas, formando mosaicos.

Desde então, a Praça Oito, como passou a ser chamada de forma abreviada e carinhosa pela população, tornou-se um dos pontos mais frequentados da ilha, embora já o fosse antes, sobretudo nas noites de quintas-feiras, quando era animada pelas retretas da banda da Polícia Militar. Também se apresentavam ali, ocasionalmente, as filarmônicas do Rosário e de São Francisco.

Figura 6: Planta de Victoria Central



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória, sd adaptado pelos autores.

De acordo com Elton (1986, p. 44), em 1935, por ocasião das comemorações do 400º aniversário de colonização do solo espírito-santense, a família Oliveira Santos doou à cidade artístico obelisco, comemorativo da efeméride, então colocada na área central da praça, a 24 de maio, conforme ata transcrita abaixo:

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e cinco, com a presença do Exmo. Sr. Capitão João Punaro Bley, digníssimo Presidente do Estado do Espírito Santo, e demais autoridades estaduais e muitas pessoas gradas desta terra, e também os chefes das famílias Oliveira Santos acompanhados das mesmas, foi, às nove horas da manhã, solenemente colocada a primeira pedra deste monumento. No ato da colocação da primeira pedra, lançou-lhe a sua bênção o Exmo. e Revmo. Sr. D. Luiz Scortegagna, Bispo Diocesano desta Capital. Desta solenidade foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado e pelo Sr. Bispo Diocesano, autoridades, pessoas gradas e pelos doadores do monumento. Aos 24 dias do mês de maio de 1935 (O Diário da Manhã, 1935).

Conforme Elton (1986, p. 46), o obelisco foi removido em 1940 para o final da Rua Capixaba, ocupando o espaço onde antes se erguia a estátua do Trabalho, que, ao ser transferida, passou a figurar na praça situada em frente à antiga sede da Prefeitura Municipal de Vitória. Por ocasião do aterro da Comdusa, no bairro Praia do Canto, o obelisco foi deslocado.

O relógio foi montado pelo artista alemão Ricardo Schorling, segundo Elton (1986, p. 46), pai da aviadora e paraquedista Rosa Helena Schorling. O equipamento emitia, de hora em



hora, os acordes iniciais do Hino do Espírito Santo, de autoria de Peçanha Póvoa, com música de Arthur Napoleão.

De acordo com Elton (1986, p. 47), durante a Segunda Guerra Mundial a praça foi palco de demonstrações de civismo. Ali se armou uma pirâmide metálica cuja finalidade era angariar material para a construção de aviões brasileiros. Também ocorreram comícios diários, conduzidos por oradores jovens e veteranos, que buscavam encorajar a população na luta contra os inimigos da Nação.

O relógio e a praça tornaram-se referências da Arquitetura Moderna no Espírito Santo, alinhadas às premissas do modernismo desenvolvidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Enquanto o Brasil apresentava realidades discrepantes entre as décadas de 1930 e 1960, o Espírito Santo, tendo o Rio de Janeiro como modelo, buscava desde as reformulações urbanas do início do século XX se desvencilhar de sua feição colonial por meio das políticas conduzidas por Jerônimo Monteiro (Klug, 2009). O modernismo foi implementado de maneira mais significativa no estado por profissionais formados no Rio de Janeiro. A difusão dessa arquitetura ganhou força durante o governo de Jones Santos Neves (1951-1955), que pretendia criar condições para a industrialização e modernização do Espírito Santo. Alinhado aos princípios de racionalização da Arquitetura Moderna e partidário de Vargas, Jones estruturou uma equipe qualificada de assessores, entre eles os arquitetos Francisco Bolonha, Ary Garcia Roza, Élio de Almeida Vianna e Marcello Vivacqua (Gomes, 2008).

Neste trabalho, compreende-se arquitetura moderna como o conjunto de expressões arquitetônicas vinculadas aos princípios do racionalismo, da funcionalidade e da ruptura com linguagens historicistas. O modernismo refere-se ao movimento cultural e arquitetônico que sistematiza esses princípios, enquanto modernidade diz respeito à condição histórica associada a transformações sociais, técnicas e culturais mais amplas. Além disso, modernização é entendida como o processo político e material de implementação dessas transformações no espaço urbano.

Entre os profissionais que atuaram na modernização de Vitória, Jayme Figueira, nascido em 1870 no Rio de Janeiro, destaca-se como uma figura de grande importância para a capital capixaba. Conforme Sarkis (2019), Jayme era autodidata e desenvolveu, ao longo da vida, uma notável habilidade para o desenho, o que o levou a exercer a função de engenheiro projetista, equivalente à de arquiteto naquele período, já que o curso formal de arquitetura seria criado apenas posteriormente.

No início do século XX, Jayme foi selecionado, juntamente com o engenheiro Júlio Lima, para projetar os pavilhões brasileiros da Exposição Internacional de 1911, realizada em Turim, na Itália. Atuou também na Prefeitura de Vitória e ganhou notoriedade como autor do monumento da Colonização Espírito-Santense, localizado em frente à Praça dos Desejos, na Praia do Canto. A ele é atribuída igualmente a autoria do projeto do relógio instalado no centro da Praça Oito de Setembro, com dezesseis metros de altura, inaugurado em 1942 (Sarkis, 2019).

De acordo com Campos Júnior (2005, p. 20), o calçamento da Praça Oito de Setembro, realizado no mesmo período, totalizou uma área de 418 m² e foi executado pelo empreiteiro João de Barros (figura 7). Além da pirâmide mencionada anteriormente, a Praça Oito de Setembro, em 1945, transformou-se em um grande altar construído pelo professor Américo Guimarães Costa para a celebração do 10º Congresso Eucarístico Diocesano (Elton, 1986, p. 47). No campo político, também em 1945, ocorreu na praça o comício da União Democrática Nacional (UDN), partido brasileiro atuante entre 1945 e 1965 e reconhecido por sua oposição a Getúlio Vargas.

Figura 7: Calçamento e Instalação do relógio da Praça Oito de Setembro



Fonte: Campos Júnior, 2005.

Das casas comerciais situadas ao redor da praça, destacavam-se a Farmácia Aguirre, a Joalheria Petrochi, o Café Globo, o Petrópolis e o Bar Central, localizado no prédio que anteriormente abrigara a alfaiataria de Hildebrando Resemini. Havia ainda o Pan-Americano, especializado em artigos finos e importados, e a Flor de Maio, dedicada à venda de chapéus, bengalas, guarda-chuvas e malas, comércio ainda existente, embora com nova disposição em suas vitrinas (Elton, 1986, p. 48).

Ladeavam a praça o prédio da Alfândega e o Banco Agrícola do Espírito Santo, atual Banestes, ambos demolidos. No interior da praça, protegido por um muro balaustrado, localizava-se o cais dos botes, onde trabalhavam diversos catraieiros. Também havia o ancoradouro das barcas que realizavam o mesmo trajeto dos botes. Esses barcos transportavam moradores e visitantes entre a ilha e o continente, além de conduzir tripulantes e passageiros de navios que, devido à ausência de um cais ainda em construção, permaneciam ancorados na baía. A Praça Oito de Setembro funcionava como ponto de chegada não apenas dos moradores do continente, mas também dos que vinham de bonde das áreas mais afastadas da cidade, fazendo desse logradouro um ponto de convergência de todos (Elton, 1986, p. 48-49).

Segundo Elton (1986, p. 49), a Praça Oito de Setembro também servia como palco dos festejos de carnaval, quando blocos de sujo animavam os bares e os mascarados do corso circulavam entre os frequentadores. O chão da praça tornava-se um tapete de confetes.

Atualmente, o Circuito da Folia ocorre ao longo da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, a Beira Mar, nas proximidades da Praça Oito de Setembro. Diversos blocos carnavalescos, como Subúrbio, Afro Kizomba, Regional da Nair, Voador e Bloco Afro Coisas de Negres, promovem atividades que reforçam as tradições locais (Vitória, 2025).

Apesar das festividades e da intensa utilização da área, o estado de conservação do espaço nos últimos cinco anos contraria o recomendado para a proteção do patrimônio histórico e cultural. Em visita técnica ao endereço Avenida Jerônimo Monteiro, número 348, Centro Histórico, Praça Oito de Setembro, conforme imagem apresentada a seguir, foram identificados danos como umidade, pichação, relógio inoperante e presença de elementos

que interferem na paisagem, como tendas e sanitários químicos. Essas avarias e interferências comprometem a funcionalidade do espaço e prejudicam a percepção de identidade por parte da comunidade.

Figura 8: Praça Oito de Setembro atualmente



Fonte: dos autores, 2025.

Para explicitar os atributos de valor e sua permanência ao longo do tempo, elaborou-se o Quadro 1, que sistematiza as dimensões histórica, paisagística, simbólica e urbana da Praça Oito de Setembro.

Quadro 1: Atributos de valor histórico da Praça Oito de Setembro e permanência temporal

Dimensão de análise	Atributos de valor	Permanência ao longo do tempo
Histórica	Inserção na malha urbana consolidada e relação com processos políticos do início do século XX	Mantida como referência espacial e simbólica
Paisagística	Configuração do espaço livre e relação com edificações do entorno	Alterações pontuais sem perda da estrutura espacial
Simbólica	Uso cívico e reconhecimento coletivo	Ressignificação contínua
Urbana	Centralidade e conectividade	Permanência como espaço de passagem e encontro

Fonte: dos autores, 2026.

A sistematização apresentada no Quadro 1 demonstra que os atributos de valor da Praça Oito de Setembro não se sustentam apenas em sua configuração formal, mas na continuidade de usos, significados e relações urbanas ao longo do tempo. Observa-se que, mesmo diante de transformações físicas e funcionais, a praça mantém sua centralidade simbólica e paisagística, o que reforça sua relevância como espaço estruturador da memória urbana. Nesse sentido, essa permanência não decorre da imutabilidade, apesar das alterações da paisagem e dos processos de modernização que avançam, mas da capacidade de adaptação do espaço às dinâmicas sociais, confirmando a importância da vivência cotidiana para a preservação do lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da arquitetura moderna em sua concepção original representa uma forma de salvaguarda do processo de construção da identidade nacional. Esse cuidado com as edificações modernas também contribui para a proteção da memória histórica e artística do país, uma vez que essas obras refletem as transformações ocorridas no Brasil durante a primeira metade do século XX e constituem marcos fundamentais da história e da identidade arquitetônica nacional.

Reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural do Espírito Santo em 1984, a Praça Oito de Setembro é mais que um espaço público. Trata-se de um símbolo da identidade e da trajetória urbana de Vitória, permanecendo como ponto de encontro para manifestações populares e como motivo de orgulho para a população capixaba.

Ao relacionar a história da Praça Oito com as diretrizes da Política de Patrimônio Cultural Material, percebe-se que a preservação e a conservação dependem de um conjunto articulado de ações que envolvem participação social, leitura territorial, registro permanente, ressignificação e transparência nos processos de gestão. Ao recuperar elementos e formas, reposiciona-se a praça em seu papel de referência simbólica e afetiva na paisagem urbana, assegurando que continue a integrar a memória de Vitória de modo vivo e significativo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma Análise Comparativa das Experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Vol. 31, 2005.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A História da Construção e das Transformações da Cidade**. Vitória: Cultural – ES, 2005.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística**. Vitória: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo Público do Estado do espírito Santo, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Rio de Janeiro: Pangetii, 1965.

ELTON, Elmo. **Logradouros Antigos de Vitória**. Vitória: Edufes e Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Secult e CEC apresentam Resolução do Tombamento do Porto de Vitória em Reunião Pública**. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/secult-e-cec-apresentam-resolucao-do-tombamento-do-porto-de-vitoria-em-reuniao-publica>. Acesso em 08 dez 2025

FOSSE, Mário. **Monumentos Capixabas – Livro I - Vitória**. Vitória: PMV e Companhia Vale do Rio Doce, 2015.

GOMES, Eduardo Rodrigues. A modernização urbana do centro de Vitória (ES): considerações preliminares sobre a Geografia do passado de uma cidade. **Geografares**, nº 6, 2008. p. 73-87.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política de Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em 23 jun 2023.

KLUG, Letícia Beccalli. **Vitória: Sítio Físico e Paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

NEMER, Luciana. Centro de Vitória Habitação Social Ontem e Hoje. Serra: Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

O DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, 25 mai. 1935.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

SARKIS, Sérgio Figueira. Jayme Fernandes Figueira. **Personalidades Capixabas**. Morro do Moreno, 1 mar. 2019. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/jayme-fernandes-figueira-por-sergio-figueira-sarkis.html>. Acesso em: 24 jun 2023.

VITÓRIA (ES). Carnaval 2025: **PMV divulga programação do Centro da cidade**. 2025. disponível em: <https://vitoria.es.gov.br/noticia/carnaval-2025-pmv-divulga-programacao-do-centro-da-cidade-52633>. Acesso em 08 dez 2025

VITÓRIA (ES). Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação. **Praça Oito de Setembro**. 2024. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/sedec/praca-oito>. Acesso em 07 dez 2025